1. Trata-se de relatório emitido pela unidade técnica do Cartório Eleitoral da 75ª Zona, com os resultados do exame de regularidade da prestação de contas em epígrafe, com fulcro no art. 36 da Resolução TSE n.º 23.604/2019 e em observância à Lei n.º 9.096/1995.
2. Com supedâneo no art. 36, § 1º da Resolução TSE n.º 23.604/2019, o exame de regularidade em que se pauta o presente relatório teve como escopo identificar a origem das receitas e a destinação das despesas com as atividades partidárias e eleitorais, mediante avaliação formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelo Partido, bem como contemplou a análise dos itens previstos nos incisos I a VII do mencionado dispositivo da Resolução TSE n.º 23.604/2019.
3. Em observação ao disposto no art. 35, §§ 1º e 3º, da Resolução TSE n.º 23.604/2019, emitiu-se o Exame Preliminar (ID n.º 108437789). Determinado o cumprimento das diligências apontadas no exame, no prazo de 20 (vinte) dias, o Partido juntou Petição (ID n.º 108670635), em 26/08/2022, tempestivamente, bem como documentos solicitados.
4. Assim, quanto ao exame de regularidade das contas, na forma do art. 36 da Resolução TSE n.º 23.604/2019, não foram identificadas irregularidades ou impropriedades no tocante ao cumprimento da norma legal ou regulamentar de natureza financeira, bem como não foi identificado recebimento de cotas de repasse de Fundo Partidário relativa ao exercício de 2022, tendo em vista ainda que, por se tratar de partido extinto por fusão, para originar outro partido, verifica-se a anotação de vigência do órgão partidário com termo final em 08/02/2022.
5. Não foram identificados recursos de fonte vedada ou não identificada. Tendo sido verificada a conformidade das receitas e dos gastos confrontando-os com os extratos bancários enviados à Justiça Eleitoral. Verifica-se ainda que não foi ultrapassado o limite de valores estabelecidos na legislação vigente. Ademais, quanto ao disposto no art. 63 da Resolução TSE n.º 23.604/2019, o partido informou através do documento de ID n.º 108670635, que não houve recebimento de recursos do Fundo Partidário, e, portanto, não é cabível devolução. O órgão partidário extinto também informa que não possui bens e/ou ativos adquiridos com recursos provenientes do Fundo Partidário.
6. Considerando o disposto no art. 36, §§ 6º e 7º da Resolução TSE n.º 23.604/19, após a emissão deste relatório/exame, os autos devem seguir, primeiramente, para o Ministério Público Eleitoral, para que este aponte, sob pena de preclusão, irregularidades até então não identificadas, no prazo de até 30 (trinta) dias. Após a manifestação do Ministério Público Eleitoral ou o transcurso do prazo previsto acima, o órgão partidário e seus responsáveis deverão ser intimados para se defender a respeito das falhas indicadas nos autos, oportunidade em que poderão requerer a produção de provas, sob pena de preclusão, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.
7. Após os prazos informados acima, devem seguir os autos para emissão de parecer conclusivo de contas, na forma do art. 38 da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Salgueiro-PE, datado e assinado eletronicamente.

Emiliane Tayaara Pontes da Silva

Analista Judiciário

76ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 01/2023 - CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS E EXPEDIENTES - 2023

PRAZO: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS

O Excelentíssimo Senhor Doutor Bruno Jader Silva Campos, Juiz Eleitoral desta 076ª Zona do Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc.,

FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que, nos termos do art. 55 da Resolução TSE nº 21.538/03, e, nas disposições constantes no art. 95 do Provimento nº 51/2019 - TRE/PE e no art. 7º do Provimento nº 64/2022, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, após o prazo de 45 desta publicação, se não houver questionamento, os documentos abaixo relacionados serão destinados à Comissão Socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco para o devido descarte, a ser procedido na sede do referido Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, situado à Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160 - Graças - Recife-PE:

LISTAGEM DE DOCUMENTOS E EXPEDIENTES A SEREM ELIMINADOS

Documentos/Expedientes	Ano
RAEs/PETES	2017
Editais	2017
Recibo de mesários	2020
Ofícios de Comunicação de Suspensão de Direitos Políticos, Condenação Criminal e Interdição	2014
Ofícios recebidos, expedidos e circulares, memorandos, fax, fax-circulares	2018
Ata de Mesa Receptora	2018
Identificação deficiente	2018
Certidões e Declarações	2020
Requerimento de Desfiliação	2020
Cédulas não utilizadas no processo de votação e impressos em desuso	-
Documentos Diversos	2015, 2016, 2018 e 2020
Boletins de Urna: emitido pela UE; de justificativa e zerésimas	2018
Mandados	2018
Requerimento de Regularização de Inscrição	2017
Pesquisa Eleitoral	2020
Vistoria local de votação	2014
Lista de Apoio	2016
Cadernos de Votação	2014
Frequência auxiliares	2016 e 2020
Manuais e demais normativos desatualizados	-
Justificativa Eleitor	2022
Comprovantes não votantes	2022
Títulos não procurados	-

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou publicar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Serrita, aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três (25/01/2023). Eu, Maria Leilza do Nascimento Bem, _____, Chefe do Cartório, digitei e conferi o presente edital que

é subscrito pela MM Juíza Eleitoral.

Bruno Jader Silva Campos

Juíza Eleitoral da 76ª Zona